GRUPO DE IMPLANTAÇÃO DO PROCESSO DE REDISTRIBUIÇÃO E DIGITALIZAÇÃO DE CANAIS DE TV E RTV – GIRED

ATA DA 7ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

DATA: quarta-feira, 24 de agosto de 2016

HORÁRIO: 10h ás 13h

LOCAL: Agência Nacional de Telecomunicações, Brasília-DF – SAUS Quadra 06, Bloco H, 9º Andar, Ala Sul

MEMBROS DO GIRED PRESENTES:

José Alexandre Bicalho – Presidente interino do GIRED – Anatel

Vanda Jugurtha Bonna Nogueira – Ministério das Comunicações (titular)

José Gonçalves Neto – Telefônica Brasil S.A (titular)

Gilberto Sotto Mayor – Claro S. A. (suplente)

Cristiene Abadia Evaristo – Algar Celular S. A. (suplente)

Luis Roberto Antonik – Radiodifusão (titular)

André Barbosa Filho – Radiodifusão (suplente)

Flávio Lara Resende – Radiodifusão (titular)

Paulo Ricardo Balduino – Radiodifusão (suplente)

Ana Eliza Faria e Silva – Radiodifusão (titular)

Cristiano Lobato Flores – Radiodifusão (suplente)

André Felipe Seixas Trindade – Radiodifusão (titular)

Evelin Maciel Brisolla – Radiodifusão (suplente)

OUTROS PARTICIPANTES:

Adriana Mendes – EAD

Alex Pires de Azevedo – Anatel

Alexandre C. Franco – TV Câmara

Antônio Martelletto – EAD

Bernardo de A.C. Ferraz – EAD

Carlos Saldanha – EAD

Charles Carmo Costa – Algar Celular S. A.

Dulcídio Pedrosa – MCTIC

Felipe Roberto de Lima – Anatel

Gunnar Bedicks – EAD

Heloísa Helena Moreira – Band

Juliana Noronha – SBT

Lauro Rutkowski – Anatel

Leandro Henrique Guerra – Tim Celular S. A.

Luiz Felippe Zoghbi de Castro – Tim Celular S. A.

Márcia Cavallari Nunes – Ibope

Maria Luiza Duarte – TV Globo

Martim Jales Hon – Anatel

Monique Pereira de Barros – Claro S. A.

Natália Gurgel – Ibope

Nilson Roberto da Silva – EBC

Patrícia Abreu – EAD

Patrícia Rodrigues Ferreira – Anatel

Thiago Aguiar Soares – Anatel

Vanessa Cristina Faria Gomes – Anatel

William Zambelli – MCTIC

ASSUNTOS:

1. Aprovação da Ata da 21ª Reunião Ordinária do GIRED, realizada em 11 de agosto de 2016;
2. Pesquisa de aferição do nível de digitalização de Brasília/DF e Entorno e checagem fotográfica;
3. Informes da Entidade Administradora do Processo de Redistribuição e Digitalização de Canais de TV e RTV (EAD);

4. Outros assuntos; e

5. Data da Reunião Ordinária de setembro de 2016.

1. Aprovação da Ata da 21ª Reunião Ordinária do GIRED, realizada em 11 de agosto de 2016;

José Alexandre Bicalho, ocupando a função de **Presidente interino do GIRED**, iniciou a reunião perguntando aos presentes se havia alguma consideração em relação à Ata da 21ª Reunião do GIRED. Não havendo manifestações, a Ata foi considerada aprovada por uninimidade.

Registrada a presença de **Leandro Henrique de Lobo Guerra** como **Representante Excepcional** da Proponente Vencedora **Tim Celular S. A.** nesta Reunião, em conformidade ao disposto no art. 6º, § 2º, do Regimento Interno.

2. Pesquisa de aferição do nível de digitalização de Brasília/DF e Entorno e checagem fotográfica;

Natália Gurgel, do IBOPE, iniciou a apresentação do "Estudo sobre domicílios com TV de tela fina – Distrito Federal e Entorno".

Inicialmente, informou que o IBOPE apresentou um critério que levou em conta a combinação das variáveis: presença de conversor, visualização de número de canal com ponto ou outra variação, e visualização de nome da emissora com HD. Ressaltou que o critério foi apresentado ao GIRED, o qual decidiu, com o acordo dos participantes da reunião, que fosse acrescido ao critério sugerido todos os domicílios com TV de tela fina que recebessem o sinal terrestre e os que tivessem 2 pontos ou mais com assinatura de TV a cabo.

Além disso, informou que, na época, a decisão pela inclusão de todas as telas finas ao critério se deu pela constatação, após visitas de avaliação de técnicos antenistas a domicílios entrevistados em Rio Verde/GO, de que o percentual de telas finas sem conversor era muito baixo, de modo que a chance de erro de classificação do domicílio como apto nessa condição seria muita pequena. As pesquisas realizadas no município de Rio Verde/GO mostraram que a inclusão definida pelo GIRED alterou o número de domicílios aptos ao sinal digital em relação ao critério inicial.

Observou-se que houve um acréscimo na contagem de domicílios aptos em relação à sugestão do IBOPE, mas que ao longo do tempo, a diferença entre eles foi diminuindo em decorrência do conhecimento que a população foi adquirindo sobre o processo de desligamento, estando mais atenta e consciente para responder aos marcadores digitais levantados pelas pesquisas de acordo com o critério inicial proposto.

Salientou que a probabilidade das TVs com telas finas serem aptas a receber o sinal digital era alta, mas que não era 100%. A realização de uma segunda pesquisa com

visita de técnicos antenistas no Distrito Federal encontrou números muito parecidos àqueles de Rio Verde/GO em relação à presença de conversores nos aparelhos de tela fina, confirmando que menos de 10% dos aparelhos desse tipo não tinham um conversor instalado.

Em seguida, apresentou "Estudo do ajuste sobre domicílios com tela fina", com o objetivo de corrigir o acréscimo da totalidade de domicílios com tela fina terrestre para ajustar, dado que nem todas estas telas finas teriam efetivamente o conversor integrado.

Iniciou a apresentação com um "Comparativo da classificação digital entre avaliação técnico e declaração do entrevistado". Informou que, para a pesquisa *pantry check*, foram realizadas 504 entrevistas em 4 cidades satélites do Distrito Federal: Planaltina, Ceilândia, Taguatinga e Gama. Todos os domicílios da amostra tiveram pelo menos um televisor avaliado pelo técnico. Desses 504 domicílios, 375 recebiam o sinal terrestre e, nestes domicílios, os técnicos verificaram a presença de sinal digital.

Nestes 375 domicílios, foram encontrados 276 TVs de tela fina com sinal terrestre. A partir do enfoque em TVs e na variável "condição de acesso baseada na posse de conversor", o técnico considerou que 92% tinham condição de acesso digital (posse de conversor). Em relação às respostas dos entrevistados, 83% tinham condição de acesso digital (considerando apenas a menção a conversor ou então menção de nome e número digital), e 17% não teriam esta condição.

Na sequência, foi mostrada outra comparação, com enfoque na TV e desta vez com a variável "acesso". Conforme análise do técnico (a partir de um teste que avaliou se a TV recebia o sinal digital, ou seja, se já acessava efetivamente o sinal digital), percebeu-se que 80% tinham acesso. Em relação às respostas dos entrevistados (considerando apenas a menção a conversor ou então menção de nome e número digital), 83% dos televisores eram capazes de acessar o sinal digital.

Em continuidade à apresentação, **Natália Gurgel, do IBOPE,** ressaltou que, como o critério dependia muito do conhecimento dos entrevistados e do que os entrevistados mencionassem – a presença do conversor ou uma experiência efetiva do sinal digital –, disse que o critério era muito mais relacionado ao acesso do que à condição. O domicílio que eventualmente fosse apto, mas que não estivesse consumindo o sinal digital, era muito mais difícil de ser capturado pelas respostas dos entrevistados. Por isso, dado que o entrevistado somente podia dar a condição de acesso e não a informação de condição do domicílio (por ser uma informação mais técnica), seria priorizada, no momento de estudar um fator possível para as TVs de tela fina, a variável de acesso.

Após, foram apresentados slides sobre o mesmo estudo, mas com enfoque nos domicílios e na variável "Condição de acesso baseada na posse de conversor". As 276 TVs tela fina se concentraram em 235 domicílios, dos quais 94% tinham condição de acesso segundo o técnico. Em relação aos entrevistados, 83% informaram que tinham acesso digital (considerando apenas a menção a conversor ou então menção de nome e número digital).

Na sequência, foi mostrada a pesquisa com enfoque em domicílios e na variável "acesso". Conforme análise do técnico, 82% tinham acesso digital. Em relação às respostas dos entrevistados, 83% tinham acesso digital (considerando apenas menção a conversor ou então menção de nome e número digital).

A partir das pesquisas acima mencionadas, foram realizados dois estudos. O primeiro foi a "Possibilidade de aplicação de um ajuste com base na avaliação do técnico (*Pantry check*)". Assim, dada uma amostra total de 504 domicílios, sendo que 375 domicílios estavam dentro do universo, e considerando o critério GIRED, 261 (70%) estavam aptos a receber o sinal digital.

Destes 261 domicílios, aplicando o critério GIRED, 44% citaram a presença do "conversor, nome e número" corretamente. Citaram "conversor e nome" ou "conversor e número" 22%. Citaram só conversor, 12%. Citaram apenas nome e número, 7%. Citaram TV paga via cabo em 2 pontos ou mais, 2%. Citaram tela fina terrestre, 14% (36), sobre os quais foi realizado um estudo para deflacionar este número, dado que nem todas estas telas finas acessavam efetivamente o sinal digital.

Assim, considerando que, em 235 domicílios com tela fina com sinal terrestre, 42 (18%) não acessavam o sinal digital segundo o técnico, foi utilizado como deflator 18%. Ao aplicar o ajuste sobre domicílios digitalizados exclusivamente pela presença de tela fina terrestre (36), deveriam ser retirados 6 casos do total de 261 domicílios, resultando em 255 domicílios, o que levaria a 68% de domicílios digitais dentro do universo de 375.

Na sequência, foi apresentado um outro estudo denominado "Possibilidade de aplicação de um ajuste com base na declaração do entrevistado (Pesquisa de Aferição)". Conforme declarações dos entrevistados, dos 235 domicílios com tela fina com sinal terrestre, 39 (17%) não responderam aos marcadores utilizados para combinação base (conversor ou número do canal e nome da emissora). Ao aplicar o ajuste de 17% sobre os domicílios digitalizados exclusivamente pela presença de tela fina terrestre (36), deveriam ser retirados 6 casos (fazendo o arredondamento) do total de 261 domicílios, resultando também em 255 domicílios, o que levaria a 68% de domicílios digitais dentro do universo de 375.

Este último estudo foi aplicado na Pesquisa de Aferição DF e entorno (GO). Foram realizadas, no *cluster* ponderado, 1442 entrevistas, sendo o universo de aferição 1100 domicílios. Deste universo, 608 contavam com pelo menos uma tela fina com recepção terrestre, sendo que 113 (19%) não tinham acesso digital, segundo as respostas dos entrevistados.

Ao se decompor o resultado, considerando a base de 815 no *cluster* ponderado, 34% citaram "conversor, nome e número". Citaram "conversor e nome" ou "conversor e número", 19%. Citaram só conversor, 12%. Citaram "só nome e número", 6%. Citaram "TV paga via cabo", 16%, e citaram tela fina terrestre, 14% (113). Seguindo o mesmo raciocínio anterior, o deflator seria aplicado sobre estes 113 domicílios.

Ao aplicar o ajuste de 19% sobre os domicílios digitalizados exclusivamente pela presença de tela fina terrestre (113), deveriam ser retirados 21 casos do total de 813 domicílios, resultando em 792 domicílios, o que levaria a 72% de domicílios digitais dentro do universo de 1.100. Por conseguinte, o critério se alteraria de 74% (conforme critério GIRED) para 72% (critério com ajuste sobre domicílios digitais exclusivamente por tela final terrestre).

Por fim, disse que, após a primeira pesquisa *pantry check*, foram realizadas diversos estudos estatísticos para definição de quais variáveis deveriam ser utilizadas para a composição de um critério. Entre os estudos, foi realizada uma análise de árvore de decisão, que apontou como uma primeira variável importante para definição da digitalização o tipo de tela: tubo x tela fina, e indicando que a probabilidade de uma TV tela fina ser digital era muito maior do que com uma TV tubo.

Desse modo, ficou demonstrada a validade do acréscimo dos domicílios com tela fina terrestre como digitais. No entanto, sabia-se que, entre os domicílios classificados como digitais apenas por terem TVs tela fina terrestre, havia alguma chance de serem considerados também alguns domicílios ainda não preparados para o sinal digital. Por isso foram feitos estudos para identificar qual seria a proporção a ser ajustada. Como resultado destes estudos, concluiu-se que tanto na pesquisa do *pantry*, como avaliação do técnico, como na pesquisa de aferição, os ajustes que seriam realizados em domicílios considerados digitais apenas pela presença de tela fina terrestre eram da mesma ordem: 18% (técnico), 17% (pesquisa *pantry*) e 19% (pesquisa aferição).

Aplicados esses ajustes nos domicílios que seriam considerados aptos à recepção digital apenas pela presença de TVs tela fina terrestre (sem outros marcadores), ocorreu um impacto de dois pontos percentuais no índice final de domicílios digitais. Comparando-se os ajustes, baseado no resultado de avaliação do técnico (apresentado no estudo um) que implicou no uso de um ajuste fixo, e que, ao longo do processo de conversão, poderia desconsiderar movimentos de conversão e substituição dos aparelhos de TV, considerou-se a aplicação do ajuste apresentado no segundo estudo como mais adequado, por tratar-se de um fator auto ajustável à realidade encontrada no momento de realização de cada pesquisa.

Em seguida, **Patrícia Abreu, da EAD,** apresentou algumas informações para efeitos de aprofundamento da discussão. Mostrou os conceitos definidos para aferição: foram considerados digitais os domicílios com *condições de acesso* a recepção digital, ou seja, posse de conversor e antena. Além disso, o domicílio podia ter condições de acesso e não estar acessando no momento canais digitais.

Informou os motivos que levaram a EAD a fazer novo *pantry check* em Brasília/DF. Disse que, entre os marcadores definidos nas entrevistas para que uma TV pudesse ser considerada apta, a Radiodifusão questionava o marcador somente Tela Fina. A alegação básica era a de que o parque de TVs de tela fina de Brasília/DF sem conversor poderia ser superior a 30%.

A inspeção de campo mostrou: padrão de respostas (consistente e igual a Rio Verde/GO), os entrevistados sabiam declarar sobre o tipo de TV, os entrevistados sabiam declarar sobre o tipo de recepção que tinha no domicílio, 100% de

segurança quanto à forma de definição do universo de aferição, mais telas finas contavam com conversor interno do que os entrevistados declaravam, porcentagem de telas finais sem conversor foi na ordem de 8%, mesmo perfil da cidade de Rio Verde/GO.

Na sequência, apresentou a composição dos critérios: 1) critério inicial Rio Verde/GO (menção de conversor OU citação de canal com ponto E nome HD); 2) critério GIRED (critério inicial Rio Verde + tela fina terrestre + Pay TV CABO; 3) Nova combinação proposta – RDF (TUBO - citou canal digital para emissora OU Conversor; TELA FINA – citou canal digital para emissora ou confirmou imagem de canal digital OU Conversor); 4) Critério GIRED com deflator (Critério GIRED aplicando ajuste a ser realizado em domicílios considerados digitais *apenas pela presença de tela fina terrestre*).

Na nova proposta RDF, havia "conversor e número", "só conversor" e "TV paga". A proposta aperfeiçoou a marcação de acesso, mas não permitia avaliar o *gap* para condição de acesso (considerando acesso igual a experiência do entrevistado). Após, apresentou resultados para Rio Verde/GO e Brasília/DF, utilizando diferentes visões, fazendo uma comparação entre os percentuais de todas as ondas.

De acordo com a nova combinação proposta com Pay TV cabo, **Patrícia Abreu, da EAD**, ressaltou que, na Onda 3, em Rio Verde/GO, haveria 66% de domicílios digitais (contra 71% aplicando o critério GIRED com Pay TV cabo); na época do desligamento haveria 79% de domicílios digitais (contra 85% aplicando o critério GIRED com Pay TV cabo) e, ao final do processo, se chegaria a 91% de domicílios digitais (contra 94% aplicando o critério GIRED com Pay TV cabo).

Foram apresentadas as porcentagens de domicílios digitais no Distrito Federal, a depender do critério utilizado: critério GIRED com Pay TV cabo (74%), critério GIRED com deflator Pesquisa com Pay TV cabo (72%), Nova combinação proposta com Pay TV cabo (66%), critério inicial Rio Verde com Pay TV cabo (64%).

Ao decompor 74% dos domicílios digitais, conforme o critério GIRED com Pay TV cabo, encontrou-se: 34% (conversor +nome e número); 12% (só conversor), 6% (só nome e número); 19% (outras combinações); 16% (TV paga) e 14% (tela fina).

Por fim, apresentou gráficos com curvas convergentes e comportamentos semelhantes, cada uma apresentando os seguintes critérios aplicados em Rio Verde/GO: GIRED, Critério Radiodifusor + Pay TV, A + Pay TV + Parabólica. Em seguida, **Antônio Martelletto, da EAD,** ressaltou que o gráfico não apresentava uma comparação direta entre os números, pois a quantidade de domicílios analisada variava.

José Alexandre Bicalho, Presidente interino do GIRED, disse que o *pantry check* foi feito para se ter uma análise mais precisa sobre a quantidade de telas finas aptas. Disse que, com o ajuste, o indicador parecia melhorar e, ainda, que seu impacto era variável. Ressaltou que o indicador ficava mais preciso. Para efeito do que seria divulgado, quanto mais preciso estivesse o indicador, melhor. Era preciso ter a consciência de que, no momento do desligamento, não seria suficiente que o GIRED tomasse uma decisão analisando apenas um indicador, mas todas as

avaliações, critérios e mecanismos apresentados. Falou que alcançar 93% era um desafio muito grande, enquanto se buscava segurança no processo. Para ele, estava claro que, para se chegar próximo da meta, deveria haver outras iniciativas mais propositivas e firmes. Salientou que havia alguns aspectos da divulgação que podiam ser aperfeiçoados, apesar dos esforços da EAD e dos radiodifusores, principalmente no que se referia a ressintonia e à adequação das antenas.

Luis Roberto Antonik, representante titular da Radiodifusão, fez alguns comentários sobre a campanha de divulgação, especialmente a fase atual, de 8 a 27 de agosto. Havia cinco ações obrigatórias: inserções da cartela (4 x ao dia), inserção de vídeo informativo (3 x dia), *lettering* (18 inserções de 30 segundos), inserção do logo (18 inserções). Além disso, as empresas também estavam fazendo inserções voluntárias. Considerando as treze geradoras no cluster do Distrito Federal, eram 36 inserções de vídeo, 234 inserções do *lettering*, e 234 inserções do logo. Citou inserções voluntárias da SBT e da Band. Relatou a intenção de fazer uma reunião com todas as emissoras na semana seguinte para troca de experiências.

Ana Eliza Faria e Silva, representante titular da Radiodifusão, agradeceu o trabalho realizado pelo IBOPE e fez algumas considerações sobre a apresentação do IBOPE, especialmente no que se referia às premissas utilizadas.

Inicialmente, falou que a proposta do deflator estava baseada na existência de discrepância entre os percentuais da condição de acesso aferida pelo técnico e os valores apurados com base nas respostas dos entrevistados. Ressaltou que havia um percentual de 17% dos entrevistados que não declararam presença de conversor. Se fosse flexibilizada a questão dos marcadores de forma que a exigência de nome e número esteja de forma simplória, separando a questão do tubo e de tela fina, seriam alterados os percentuais de referência para análise das respostas dos entrevistados. Nesse caso, o percentual de pessoas que realmente não identificava marcador digital reduzia muito, e esta redução era importante porque avançava no sentido de haver uma maior proximidade entre o que era aferido pelo técnico e o que era respondido pelo entrevistado.

Salientou, ainda, que existia um aspecto sobre coerência que também precisava ser considerado. O GIRED já havia estabelecido como premissa que "ter condições de acesso" era caracterizada pela posse de um conversor *e* antena adequada. Esse critério justificou a doação de kits de conversor *e* antena. O *pantry check* não foi específico em se aprofundar nesta avaliação, embora se soubesse que o técnico era capaz de fazer esse diagnóstico quanto à adequação da antena à recepção.

O que se viu nas respostas das pessoas que efetivamente tinham o conversor é que alguns domicílios não tinham a antena adequada à recepção. Assim, nem todos os domicílios que possuiam conversor tinham condição de acesso especificada pelo GIRED. Isto que dizer que, quando se analisava a questão técnica aprovada pelo GIRED, percebia-se que o técnico verificava um percentual de 89% dos domicílios efetivamente com condição de acesso, e as respostas dos entrevistados faziam com que se chegasse a 87%. Esses números eram importantes porque se referiam às premissas. Na apresentação do IBOPE foi apresentado como calcular o deflator, mas que agora estava sendo discutida a *premissa* para discutir o deflator, dado que

existia uma coerência entre a avaliação do técnico e o processamento das respostas baseadas na condição de acesso ao conversor e antena adequada.

Gilberto Sotto Mayor Jr., representante suplente da Claro S. A., interveio para perguntar quantas pessoas em Rio Verde/GO ficaram sem sinal, ao que **Ana Eliza Faria e Silva, representante titular da Radiodifusão**, disse que 6% dos domicílios tinham ficado sem TV.

Gilberto Sotto Mayor Jr., representante suplente da Claro S. A., disse que não houve reclamações sobre perda de TV digital, e que não foram registradas sequer reclamações nas redes sociais sobre o desligamento da TV em Rio Verde/GO.

José Alexandre Bicalho, Presidente interino do GIRED, falou que a dificuldade era a questão da verificação. Para Brasília/DF, no estágio atual, introduzir este tipo de variável sem ter garantias (sem ter possibilidade de confrontação dos resultados com a pesquisa de campo) poderia levar mais insegurança ao processo. Ressaltou que não estava descartando as questões levantadas, sejam elas referentes à antena ou DTH, mas a questão era a de que não havia pesquisa do IBOPE informando se isto afetava ou não o indicador. A única segurança que se tinha era a de uma variação no resultado decorrente das telas finas.

José Gonçalves Neto, representante titular da Telefônica Brasil S. A., disse que em Rio Verde/GO foi feito um trabalho exitoso, com a Radiodifusão, EAD e as teles. A porcentagem de 85% foi muito conservadora, pois mais do que esta porcentagem de usuários receberam o sinal digital. O *pantry check* feito em Brasília/DF foi consistente e igual ao de Rio Verde/GO. Ressaltou que considerar a tela fina como apta fazia sentido, e era esta a conclusão. Havia um estudo detalhado sobre tela fina que, na opinião dele, foi isolado e abordava um aspecto apenas, e não considerou outros aspectos da aferição considerados importantes, como o DTH, descartado de plano no processo. Só a VIVO, em Brasília/DF, tinha 50.000 acessos recebendo sinal, o que aumentaria as estatísticas. Contudo, no sentido de não perder tempo com mais discussões, estava privilegiando o acordo de Rio Verde/GO.

Para ele, não fazia sentido piorar a estatística de consenso do GIRED, sabendo que o percentual de aptos era muito maior. Sua opinião era a de que o governo deveria considerar diferentes visões em torno deste critério consensado de Rio Verde/GO. Entendia que, se ainda assim, o GIRED adotasse alguma deflação, era prudente tomar medidas sérias para não haver atrasos no desligamento. No relatório do GIRED, falou-se sobre a necessidade de medidas duras para garantir a aproximação do percentual.

Gilberto Sotto Mayor Jr., representante da Claro S. A., disse que, pessoalmente, não acreditava na indicador de 66%, e destacou que o processo de desligamento seria feito por consenso no GIRED.

Luis Roberto Antonik, representante titular da Radiodifusão, disse que o IBOPE mostrou uma sequência de números referentes à Rio Verde/GO que convergiam, sendo que no final o número aumentava, de forma a ficar mais próximo da meta.

Dulcidio Pedrosa, do MCTIC, parabenizou o GIRED pela notável melhoria dos argumentos nas últimas reuniões. Pontuou que as divergências sobre metodologias não era um problema, desde que fosse relativa à mesma base numérica. Falou que a meta de 93% era inatingível, o que levava sempre a uma discussão. Havia uma determinação do Ministério de que a digitalização cumprisse as datas do desligamento e que não havia interesse governamental no adiamento. No que fosse possível, o Ministério facilitaria o processo. Rio Verde/GO foi uma grande escola e um excelente aprendizado. Disse que estava confiante na capacidade do trabalho do grupo e que a disputa numérica era muito salutar.

André Felipe Seixas Trindade, representante titular da Radiodifusão, falou que existiam parâmetros para serem comparados e etapas para serem seguidas, de forma que as pessoas continuassem tendo acesso à TV. Ressaltou o fato de que a tela fina sozinha sem conversor e sem antena adequada não pegava sinal digital e isso tinha que ser refletido nas pesquisas. O foco do desligamento da TV era as classes C, D e E. Falou ainda que o Grupo deveria ser bastante realista. A falta de manifestações nas redes sociais não poderia fundamentar um número, e não se poderia inflacionar o número para depois o Grupo ser cobrado pela sociedade. O desligamento poderia ser feito de forma que todas as partes ganhassem, com toda a segurança de um processo com êxito. Pequenas porcentagens de diferença poderiam impactar nas emissoras. Ressaltou que estavam buscando trabalhar com bom senso e não se poderia ter prejuízo com algo mal feito.

Vanda Jugurtha Bonna Nogueira, representante titular do MCTIC, disse que a Portaria já estava assinada, apesar dos vários percalços. O Ministério estava buscando segurança jurídica e só trabalharia com consenso e número único. Para o Ministério, televisão digital tinha conversor e antena. Disse que seria solicitado à Radiodifusão para aprofundar a propaganda, e à EAD para se esforçar mais. O governo queria ajudar os dois lados, e garantiria os telespectadores para a Radiodifusão. Disse que a ideia era não haver atrasos no processo, e que o Ministério estava presente para ajudar os dois lados.

Gilberto Sotto Mayor Jr., representante suplente da Claro S. A., salientou o consenso havido em Rio Verde/GO, e reiterou que não houve reclamações sobre o desligamento em Rio Verde/GO. Disse que a questão da TV plana já estava endereçada. Se o critério de Rio Verde/GO mudasse, não haveria consenso, e sim litígio. Rio Verde/GO não foi feito de forma errônea, e a EAD estava fazendo um esforço para publicidade. Para ele, não se poderia "pegar o caso de Rio Verde/GO e dar dez passos para trás".

José Gonçalves Neto, representante titular da Telefônica Brasil S. A., falou que aceitava medidas para piora do indicador, desde que houvesse ações fortes para compensar esta piora. Medidas duras deveriam ser tomadas.

Vanda Jugurtha Bonna Nogueira, representante titular do MCTIC, ressaltou que sua fala no GIRED era também a fala do Ministro, pois antes de todas as reuniões do GIRED, ela se reunia com ele. Falou que todos os presentes podiam ser recebidos no Ministério, para levar as suas argumentações e dúvidas sobre o posicionamento do governo.

Em seguida, **Paulo Ricardo Balduíno, representante suplente da Radiodifusão,** disse que um dos consensos foi o de que Rio Verde/GO foi um processo à parte. A visão do setor de Radiodifusão era o de que não estava se quebrando o consenso. Falou ainda que Brasília/DF seria uma experiência diferente e não uma referência.

José Alexandre Bicalho, Presidente interino do GIRED, falou que era possível de se encaminhar a ideia de que a proposta do IBOPE apresentou melhora na precisão do indicador. Parecia existir também um outro consenso, qual seja, para se atingir este desafio, alguns esforços, principalmente associados à comunicação deveriam ser pensados, como a ressintonia e a tarja. Parecia também que, em algum momento seria necessário fazer uma pesquisa de campo de *pantry check* para testar esta linha de argumentação para que possamos fazer um ajuste na metodologia. Era muito importante que todos os aspectos que ainda não estavam comprovadamente aceitos (como as questões relativas à DTH e antenas) pudessem ser analisados e levados para o grupo para tomada de decisão.

Ressaltou que todos concordavam que era muito improvável o alcance da meta de 93%, o que já ensejava a discussão de outros critérios. Era preciso um número para divulgar, contudo, internamente, no GIRED, haveria todos aqueles números abertos pra que se pudesse tomar uma decisão dentro de um mês. Falou que o Grupo não estaria pautado apenas por um indicador, mas por tudo o que estava sendo considerado.

Disse que deveria ser endereçado o que havia de mais seguro, e ter a consciência de que não seria usado somente este indicador eterno. No momento, poderia ser adotada, para efeitos de divulgação, a metodologia com adequação proposta pelo IBOPE. Paralelamente, haveria uma decisão encaminhada ao GT-Com para melhoria de comunicação, principalmente a questão da ressintonia. A decisão de desligamento de Brasília/DF levaria em consideração todas as visões. A EAD deveria começar a analisar a possibilidade de fazer uma pesquisa de campo em São Paulo/SP com os argumentos que agora não estavam concluídos.

José Gonçalves Neto, representante titular da Telefônica Brasil S. A., perguntou então se o entendimento era de que, em Rio Verde/GO, os esforços feitos foram aquém dos necessários.

José Alexandre Bicalho, Presidente interino do GIRED, esclareceu que o que se discutia era o aperfeiçoamento do critério, com base na sugestão levada pelo IBOPE e que, para mitigar os efeitos da parte menor decorrente do ajuste feito pela proposta, estava sendo dado encaminhamento ao GT-Com para melhorar a comunicação. Existia uma diretriz no GIRED para aperfeiçoar a comunicação, principalmente de ressintonia, sabendo que o desafio ficaria maior.

José Alexandre Bicalho, Presidente interino do GIRED, abriu então a palavra aos presentes que quisessem expor suas considerações.

José Gonçalves Neto, representante titular da Telefônica Brasil S. A., se manifestou no sentido de que, considerando a necessidade de tomar mais medidas para comunicação, seu grupo aceitaria a proposta. Os demais representantes das proponentes vencedoras manifestaram concordância.

Luis Roberto Antonik, representante titular da Radiodifusão, disse que seu grupo não concordaria com a proposta. **Ana Eliza Faria e Silva, representante titular da Radiodifusão,** disse ser contra a proposta de um critério com deflator, e que apoiava somente a proposta que ela mesma apresentou (com resultado de 66%).

Luis Roberto Antonik, representante titular da Radiodifusão, defendeu a ideia de que não seria aplicado um ajuste. Assim, as informações seriam processadas e obtendo o resultado, se chegava em 66%. Manifestaram apoio a essa posição **Flávio Lara Resende** e **André Felipe Seixas Trindade, ambos representantes titulares da Radiodifusão.**

José Alexandre Bicalho, Presidente interino do GIRED, lembrou que, sem consenso na deliberação no GIRED, a decisão poderia ser levada ao Ministro em recurso.

Gilberto Sotto Mayor Jr., representante suplente da Claro S. A., pediu que, na eventualidade de ser realmente o Ministro a tomar a última decisão sobre o assunto, houvesse uma oportunidade de rever, detalhar e colocar perguntas adicionais.

Antônio Martelletto, da EAD, disse que a maneira com a qual a EAD resolveu fazer a aferição era única e que, por si só, era bastante conservadora. Todos os números apresentados eram conhecidos e coerentes, e tinham abordagens diferentes. A abordagem apresentada por **Ana Eliza Faria e Silva, representante titular da Radiodifusão,** era só de acesso, e bastante conservadora. Falou que o critério era uma cesta de indicadores para tomar a decisão, e que 66% era apenas um piso, enquanto que 85% se referiam aos domicílios que não ficariam sem serviço de TV. Então, o número de Brasília estava entre 66% e 85%, sendo que o GIRED estava apontando para 74%.

Gilberto Sotto Mayor Jr., da representante suplente da Claro S. A., pontuou que havia um erro metodológico na apresentação da Abert, pois a pesquisa não englobava as pessoas que não queriam assistir TV. Além disso, havia lugares não alcançados pelo sinal digital, pois não havia retransmissoras suficientes. Esse dado deveria sair da pesquisa.

José Alexandre Bicalho, Presidente interino do GIRED, disse que era preciso, em breve, fazer uma divulgação, com base no critério que estivesse valendo. Disse que o grupo tinha até o dia 02 de setembro para tentar continuar a discussão, quando haveria uma nova reunião do GIRED para tentar concluir a deliberação do assunto.

José Gonçalves Neto, representante titular da Telefônica Brasil S. A., perguntou qual critério seria utilizado, na ausência da revisão do critério adotado em Rio Verde/GO.

Em resposta, **José Alexandre Bicalho, Presidente interino do GIRED,** esclareceu que, conforme prevê o Edital, cabia à Representante do Ministério tomar decisão no GIRED nos casos de impasse.

Deferida a palavra, **Monique Barros, da Claro S. A.,** solicitou que, considerando que se estava revisitando uma série de pontos, fosse identificado em Brasília/DF e em São Paulo onde existia equivalência de sinal analógico-digital, ou seja, os lugares onde a população teria como fazer a migração.

Luis Roberto Antonik, representante titular da Radiodifusão, falou que havia um impasse. E, como não havia consenso, preferia deixar para o órgão competente decidir.

Na sequência, **Gilberto Sotto Mayor Jr., representante suplente da Claro S. A.,** ressaltou que queria ter os mapas de cobertura, para que no *pantry check* e em outras pesquisas fosse verificado se havia o sinal digital. Não tinha que se falar em recepção digital onde não havia sinal. Não adiantava ter antena se o sinal não chegava.

André Felipe Seixas Trindade, representante titular da Radiodifusão, disse que o serviço da Radiodifusão era totalmente *indoor*, diferente do serviço das teles. Por isso, não fazia sentido se falar em ver TV fora de casa.

Por fim, **José Alexandre Bicalho, Presidente interino do GIRED,** disse que se buscariam soluções para todas essas questões e que o tema seria retomado na próxima reunião do GIRED, em 02 de setembro.

Cristiene Abadia Evaristo, representante suplente da Algar Celular S. A., pontuou a necessidade de liberação de blocos de municípios para utilização da faixa de 700 MHz, e consequente atendimento ao requerimento da EAD. Pediu ainda, uma ação do Presidente do GIRED no sentido de "motivar" os radiodifusores a cumprirem os prazos determinados para avaliação dos blocos a terem a faixa liberada para uso. Ainda, solicitou que o tema fosse levado na próxima reunião do GIRED, para deliberação.

3. Informes da Entidade Administradora do Processo de Redistribuição e Digitalização de Canais de TV e RTV (EAD);

Não houve apresentação sobre este item da pauta.

4. Outros assuntos;

Não houve.

5. Data da Reunião Ordinária de setembro de 2016.

José Alexandre Bicalho, Presidente interino do GIRED, reiterou a data de 2 de setembro para a próxima reunião do GIRED. Mão havendo mais nada a tratar, a reunião foi encerrada.

ASSINATURA DOS MEMBROS DO GIRED PRESENTES:

- AUSENTE - Rodrigo Zerbone Presidente do GIRED – Anatel	José Alexandre Bicalho Secretário do GIRED – Anatel
Vanda Jugurtha Bonna Nogueira Ministério das Comunicações (titular)	- AUSENTE - Augusto César da Costa Barros Ministério das Comunicações (suplente)
José Gonçalves Neto Telefônica Brasil S. A. (titular)	- AUSENTE - Átila Araújo Branco Telefônica Brasil S. A. (suplente)
- AUSENTE - Oscar Petersen Claro S. A. (titular)	Gilberto Sotto Mayor Claro S. A. (suplente)
- AUSENTE - Renato Pachoareli Algar Celular S. A.	Cristiene Abadia Evaristo Algar Celular S. A. (suplente)
p/ - AUSENTE - Mario Girasole Tim Celular S. A. (titular)	- AUSENTE - Leonardo Capdeville Tim Celular S. A. (suplente)
Luis Roberto Antonik Radiodifusão (titular)	André Barbosa Filho Radiodifusão (suplente)
Flávio Lara Resende Radiodifusão (titular)	Paulo Ricardo Balduino Radiodifusão (suplente)
Ana Eliza Faria e Silva Radiodifusão (titular)	Cristiano Lobato Flores Radiodifusão (suplente)

André Felipe Seixas Trindade Radiodifusão (titular)	- AUSENTE - Evelin Maciel Brisolla Radiodifusão (suplente)

REPRESENTAÇÃO EXCEPCIONAL

Leandro Enrique de Lobo Guerra Tim Celular S. A.	-